



CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE VI S.A.

CNPJ nº 31.199.538/0001-09

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Table showing Balance Sheets and P&L. Includes sections for Ativo Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Despesas e Receitas operacionais, and Lucro líquido do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Table showing Results of Operations. Includes sections for Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, and Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Table showing Cash Flows from Operations, Financing, and Investing activities for 2022 and 2021.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Table showing Comprehensive Results for 2022 and 2021.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Table showing Changes in Equity for 2022 and 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Monte Verde VI S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde VI"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2019, tem como objeto social realização de estudos, projetos, cons...

Empresaria Central Eólica MV VI

Table showing company information such as EOL Monte Verde VI, Produtor Independente, and other details.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB).

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata.

b) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico.

c) Redução ao valor recuperável Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Impostos a compensar

Impostos a compensar incluem o ICMS, IRRF sobre aplicações financeiras, ISS, PIS e COFINS e Contribuição Social retidos na fonte.

Impostos a pagar

Impostos a pagar incluem o ICMS, Imposto de renda e Contribuição Social, IRRF sobre serviços de terceiros, PIS e COFINS e outros.

10. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas das seguintes:

Table showing transactions with related parties for 2022 and 2021.

11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Circulante Não circulante

Table showing guarantees and deposits for 2022 and 2021.

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

12. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Table showing payments to suppliers for 2022 and 2021.

13. OUTROS CRÉDITOS

Table showing other receivables for 2022 and 2021.

14. IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do parque eólico.

15. FORNECEDORES

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.

Table showing suppliers for 2022 and 2021.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

Table showing debt composition for 2022 and 2021.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Table showing other payables for 2022 and 2021.

Provisão para arrendamentos

Table showing provision for leases for 2022 and 2021.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 38.467 (R\$ 12.211 em 31 de dezembro de 2021).

Table showing equity components for 2022 and 2021.

19. RECEITAS OPERACIONAIS

Table showing operating revenue for 2022 and 2021.

Recita operacional bruta

Table showing gross operating revenue for 2022 and 2021.

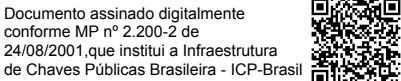
Deduções à receita operacional

Table showing deductions from operating revenue for 2022 and 2021.

MWh comercializado (não auditado)

Table showing commercialized MWh for 2022 and 2021.

continua...



Document assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Document signed digitally according to MP nº 2.200-2 of 24/08/2001 which instituted the Brazilian Public Key Infrastructure - ICP-Brasil

...continuação						CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE VI S.A.   CNPJ nº 31.199.538/0001-09																							
<b>20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>																													
<b>Custos operacionais</b>						<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>																						
<b>Não gerenciáveis</b>																													
Energia elétrica comprada para revenda						(26.383)	-																						
Encargos de uso de rede elétrica						(2.499)	-																						
Crédito de Pis e Cofins						2.440	-																						
						<b>(26.442)</b>	<b>-</b>																						
<b>Gerenciáveis</b>																													
Arrendamentos						(66)	-																						
Despesas tributárias						-	-																						
Materiais e serviços						(87)	-																						
Outras despesas						(194)	-																						
						<b>(347)</b>	<b>-</b>																						
<b>Despesas operacionais</b>																													
<b>Gerenciáveis</b>																													
Despesas tributárias						-	(6)																						
Doações						(29)	(29)																						
Materiais e serviços						(17)	(33)																						
Outras despesas						(5)	(51)																						
						<b>(51)</b>	<b>(119)</b>																						
<b>Total</b>						<b>(26.840)</b>	<b>(119)</b>																						
<b>21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>																													
<b>Considerações gerais:</b> A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. <b>21.1. Classificação dos instrumentos financeiros:</b> As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.																													
	<b>Nota</b>	<b>Categoria</b>	<b>Níveis</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>																								
<b>Ativos financeiros</b>																													
<b>Circulante</b>																													
Caixa e equivalentes de caixa						Custo amortizado	Nível 1	154	22.916																				
Cauções e depósitos vinculados						Custo amortizado	Nível 2	2	2																				
Concessionárias						Custo amortizado	Nível 1	2.110	-																				
Adiantamento a fornecedores						Custo amortizado	Nível 1	1.484	-																				
Outros créditos						Custo amortizado	Nível 1	646	-																				
<b>Não circulante</b>																													
Partes relacionadas						Custo amortizado	Nível 1	539	645																				
Cauções e depósitos vinculados						Custo amortizado	Nível 2	7.499	-																				
								<b>12.434</b>	<b>23.563</b>																				
<b>Passivos financeiros</b>																													
<b>Circulante</b>																													
Fornecedores						Custo amortizado	Nível 1	25.569	21.569																				
Outras contas a pagar						Custo amortizado	Nível 1	347	347																				
Empréstimos e financiamentos						Custo amortizado	Nível 2	7.471	727																				
<b>Não circulante</b>																													
Empréstimos e financiamentos						Custo amortizado	Nível 2	139.450	82.006																				
Outras contas a pagar						Custo amortizado	Nível 1	3.312	3.312																				
Partes relacionadas						Custo amortizado	Nível 1	36.328	21.200																				
								<b>212.477</b>	<b>129.161</b>																				
<b>21.2. Mensuração a valor justo:</b> A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. Os empréstimos e financiamentos do BNDES, não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):																													
		<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>																										
Empréstimos e financiamentos						146.921	146.921																						
<b>Total</b>						<b>146.921</b>	<b>146.921</b>																						
<b>Luís Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor</b>						<b>Diretoria</b>																							
<b>Luís Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor</b>						<b>Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5</b>																							
<b>Aos Administradores e Acionistas</b> Central Eólica Monte Verde VI S.A.						<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>																							
<b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Monte Verde VI S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standard Board</i> (IASB) e pelos						controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.																							
os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2022, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por hedge afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de bens do ativo imobilizado e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo. <b>21.7. Riscos regulatórios:</b> As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.						22. <b>PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS</b> A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível em 31/12/2022.																							
23. <b>COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS</b> <b>23.1. Compromissos contratuais:</b> Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:						<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>&lt; 1 ano</th> <th>1 - 3 anos</th> <th>3 - 5 anos</th> <th>&gt; 5 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Obrigações de compras</td> <td>185</td> <td>26</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>212</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>185</b></td> <td><b>26</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>212</b></td> </tr> </tbody> </table>							< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total	Obrigações de compras	185	26	-	-	212	<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>212</b>
	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total																								
Obrigações de compras	185	26	-	-	212																								
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>212</b>																								
23.2. <b>Compromissos contratuais e seguros</b> Obrigamos a garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. <b>b) Penhor de Ações:</b> conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.						23.3. <b>Garantias:</b> <b>Tipos de garantias oferecidas</b>																							
						<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>																						
Seguro garantia e fianças (a)						1.472	1.472																						
Penhor de ações (b)						150	-																						
Depósito caução						8	-																						
<b>a) Seguro garantia:</b> seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. <b>b) Penhor de Ações:</b> conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.						24. <b>COBERTURA DE SEGUROS - NÃO AUDITADO</b> A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:																							
<b>Descrição</b>						<b>Ramos da apólice</b>	<b>Limite Máximo de Indenização</b>																						
Responsabilidade civil						Geral	56																						
<b>25. MEIO AMBIENTE</b> A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 538 (R\$ 679 em 31 de dezembro de 2021), sendo registrados no resultado do imobilizado.						26. <b>EVENTOS SUBSEQUENTES</b> <b>Entre em operação:</b> Em 5 de janeiro de 2023 a ANEEL emitiu o despacho nº 27 autorizando o início da operação comercial da EOL Monte Verde VI a partir de 6 de janeiro de 2023.																							
<b>Luís Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor</b>						<b>Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5</b>																							
Aos Administradores e Acionistas Central Eólica Monte Verde VI S.A.						Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras																							
<b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Monte Verde VI S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standard Board</i> (IASB) e pelos						controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.																							
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.						• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.																							
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.						• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.																							
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.						São Paulo, 24 de maio de 2023																							
<b>PricewaterhouseCoopers</b> <b>Audidores Independentes Ltda.</b> CRC 2SP000160/O-5						<b>Adriano Formosinho Correia</b> Contador CRC 1BA029904/O-5																							

